

Aprofunda-se a destruição dos Serviços Públicos: reforma da Previdência aprovada em 1º turno

O governo aprovou sem alterações no Senado, em primeiro turno, a PEC 67, com 25 votos contrários e 55 favoráveis (seis além do que seria necessário).

Um dos artifícios para contornar as diversas propostas de emendas foi a construção de uma PEC 77, dita PEC paralela. Com possibilidades bastante duvidosas, ela permitirá a discussão e, talvez, uma posterior inclusão de algumas das emendas apresentadas nesta contra-reforma da Previdência. Enquanto isso a PEC 67 poderá entrar em vigor após sua provável aprovação em segundo turno.

Por outro lado funcionou o velho fisiologismo político. Nesta sessão do dia 26 o senador Renan Calheiros, do PMDB, que na véspera esbravejou em plenário, parecia manso e, ao que tudo indica, satisfeito com as negociações de dois ministérios com o governo Lula. Ao mesmo tempo, sem receber contestação, o senador Heráclito Fortes insinuou a compra direta de voto, afirmando que “o presidente do Banco do Brasil circulou pelo plenário do Senado, conversando com quem quis e quem não quis”.

A senadora Heloisa He-



lena, um símbolo da luta contra mais este golpe sobre os servidores e os serviços públicos, foi recorrentemente referenciada por diversos senadores. Seu discurso foi emocionadíssimo e salientou que por seis vezes votou contra este projeto de reforma, quando apresentado por Fernando Henrique, e que agora manteria sua coerência a despeito da guinada de posição do PT.

O presidente da Adusp e atual coordenador do Fórum das Seis esteve no Senado participando das atividades do comando nacional de mobilização dos servidores públicos. Em particular, almoçou com o senador Suplicy que assumiu ler em seguida, na tribuna do Senado, uma manifestação que expressasse a indignação de nossa categoria com esta contra-reforma previdenciária. Infelizmente,



o senador Suplicy manteve-se alinhado ao governo na votação da PEC 67.

Texto lido na tribuna

“Prezado Senador Suplicy,

Como Presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade de São Paulo e Coordenador do Fórum das Seis, que agrega as entidades representativas de docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, volto a procurá-lo para manifestar a profunda discordância e indignação que atinge a absoluta maioria de docentes e funcionários, não apenas das universidades paulistas, mas de todas as universidades públicas do país com a contra-reforma

da Previdência encaminhada pelo governo federal.

Ao mesmo tempo em que ela representa uma enorme redução de direitos dos servidores, reduzindo significativamente aquilo que seria seu salário em vida, esta emenda constitucional não reduz as despesas do governo com a Previdência e apenas transfere recursos para o sistema financeiro, através dos fundos de pensão.

A desilusão que se difunde entre professores e servidores públicos em geral é enorme. Havia a esperança de que com o governo Lula sairíamos da luta de resistência contra a destruição das universidades públicas para nos

engajarmos plenamente em atividades que contribuíssem para o resgate da enorme dívida social que este país tem com sua população e intensificar nossa contribuição para o desenvolvimento autônomo e auto-sustentado do país.

Mas para nossa indignação, um governo que recebeu um amplo apoio da população brasileira toma direito dos servidores ao mesmo tempo em que beneficia o sistema financeiro. Apenas os 16 bilhões acrescidos ao superávit primário a ser destinado ao sistema

financeiro representa seis vezes o orçamento das três universidades estaduais paulistas e cerca de duas vezes os recursos destinados a todas as universidades federais.

É fundamental revertermos esta situação. A comunidade universitária das universidades públicas de São Paulo e de todo o país contam com o caro Senador, que tem sido sempre um referencial de dignidade e compromisso com a maioria da população brasileira, para nos apoiar nesta luta e rejeitar a PEC 67, de tal modo que o governo rediscuta seu compromisso com os servidores e com a maioria da população brasileira.”

Assembléia Adusp Dia 4/12, às 17hs, no Anfiteatro Norte da Física

Pauta: 1) Ação contra o desconto do IPESP (ver p.3); 2) Avaliação institucional; 3) Fundações

Reforma da Universidade: o que nos aguarda?

A universidade está na agenda do MEC. Seminário internacional de três dias reuniu em Brasília, de 25 a 27/11, centenas de participantes brasileiros, ao lado de mais de meia dezena de convidados do exterior, em torno de exposições sobre o grande tema: “Universidade XXI – Novos caminhos para a Educação Superior – o futuro em debate”. Estiveram presentes Américo Kerr, presidente da Adusp, e Líghia H. Matsushigue, do Grupo de Trabalho de Educação.

O próprio desenho deste Seminário, que antecede as conclusões do Grupo Interministerial sobre reforma universitária (*Informativo Adusp* 151), a serem apresentadas em 20/12, dava motivos de preocupação à comunidade acadêmica.

O excesso de expositores e falta de espaços de intervenção faziam prever dificuldades para uma real contraposição de idéias.

Os temores se acentuavam ao ficar claro que o evento contava com o patrocínio do

MEC, da Unesco e do Banco Mundial, além da colaboração, entre outras organizações internacionais, das ONGs Observatório de Reformas Universitárias (ORUS) e Fundação para o Progresso do Homem (FPH), que, nos sítios www.orus-int.org e www.fph.ch respectivamente, propalam idéias um tanto peculiares sobre o conhecimento e a universidade.

Conferências e intervenções em grupos temáticos tentavam convencer os ouvintes de que “o saber evolui numa velocidade para a qual a academia não está preparada para acompanhar (*sic*)” ou que “o saber se espalha aos interessados por meios de comunicação diretos, sem necessidade de intermediação da universidade tradicional”, especialmente nas falas do ministro Cristovam Buarque e de representantes da ORUS e da FPH.

Entretanto, importantes conferências e outras exposições deixaram claro que é da essência da instituição universitária estar em crise



Representantes do Andes compareceram ao Seminário e dialogaram com Cristovam

permanente, na busca de sua contínua renovação, mas que, tendo em vista seus papéis seculares como formadora de professores em todos os níveis, e indutora de desenvolvimento a partir das pesquisas que lá se realizam, qualquer intervenção que diminua sua autonomia e seu caráter público pode ter conseqüências devastadoras para o país. Tais contribui-



ções vieram especialmente de representantes da Índia, da Unesco, e de reitores das universidades federais brasileiras. Por fim, na terceira manhã do seminário a “Declaração de Brasília” definiu

a reforma da universidade em termos ainda gerais, mas que podem enveredar por caminhos pouco favoráveis às reais vocações de uma universidade socialmente responsável.

Revista Adusp 31 repercute

Continua intensa a repercussão da *Revista Adusp* 31, que trouxe novas reportagens sobre as fundações privadas “de apoio” e os negócios privados praticados nos *campi* da USP em flagrante desrespeito à Constituição Federal. Logo que saiu a revista, recebemos ofício do professor Celso Gomes, chefe de gabinete da Reitoria, em resposta a um pedido de informações sobre sindicância aberta contra docentes em RDIDP que se envolveram em cursos pagos sem a devida autorização. O pedido da *Revista Adusp* fora enviado à Reitoria durante a produção de reportagem sobre a Funbeo, fundação que

atua na Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB).

Segundo o ofício GR/925, o Reitor “instaurou processos administrativos disciplinares (nºs 2001.1.15164.1.5 e 2001.1.1704.1.5) em face dos docentes sobre os quais pesavam, segundo apurado em sindicância precedente, fortes indícios de cometimento de irregularidades” e que “respeitadas as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla e prévia defesa”, “com base nas provas produzidas, foi proferida decisão absolutória ou condenatória aos indiciados”.

A reportagem sobre a Funbeo também motivou manifestação da diretora da FOB, pro-

fessora Maria Fidela Navarro. A professora considera que a revista publicou inverdades, e solicitou à diretoria da Adusp uma reunião nesta segunda-feira, 1º/11, em São Paulo, na sede da entidade, quando pretende prestar os esclarecimentos que julga necessários.

Ipen e FEA-RP

O Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), também objeto de reportagem da *Revista Adusp* 31, criou uma comissão para analisar os cursos pagos (portaria CNEN-Ipen 61, de 14/10/03). A reportagem “Sinal vermelho no Ipen” relata a montagem de um esquema de cursos pagos que rendeu,

em um ano de atividade, R\$ 1,7 milhão, dos quais só 5% recolhidos ao Ipen.

Na Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto (FEA-RP), alunos pertencentes ao centro acadêmico alegam que a reportagem publicada sobre a Fundace, fundação instalada naquela unidade, terminou por prejudicar a imagem da entidade estudantil. Eles dizem que não recebem subvenção anual da Fundace (ao contrário do que declarou o presidente da fundação), mas somente “patrocínios” de eventos, e negam que tenham orientado os estudantes da unidade a calar sobre a questão.

O professor Marcio Borges

de Oliveira, associado da Adusp e presidente da CPG da FEA-RP, enviou mensagem eletrônica em que critica o fato de não ter sido ouvido pela *Revista Adusp*. Ele alega que existem “erros grosseiros” na reportagem, que menciona o fato de a unidade oferecer só 3 vagas na pós-graduação *stricto sensu* em Administração (gratuita), contra 180 na pós-graduação *lato sensu* (paga). “Oferecemos somente 3 vagas este ano pois estamos esperando a resposta da Capes para a abertura plena do curso de Pós em Administração na FEA-RP”, afirma.

As cartas serão publicadas na íntegra na próxima edição da revista.

Relato da reunião com o Reitor em 24/11/03

A diretoria da Adusp reuniu-se com o Reitor, em 24/11, para discutir, entre outros temas, os incidentes ocorridos na Esalq, as Fundações e o desconto de 5% do salário. Estiveram presentes os professores Américo Kerr, Flávio Tavares, Francisco Miraglia, Lucília Borsari e o chefe de Gabinete Celso Gomes. Confira o relato da reunião.

1. Sobre os incidentes ocorridos na Esalq

O Reitor considera um absurdo o ocorrido e esclareceu que foi aberta sindicância pelo Prefeito do Campus no dia 3/11 e que o assunto fica restrito a Piracicaba, sendo questão a resolver internamente. A comissão sindicante é formada por um professor do Instituto de Química, um da Faculdade de Odontologia e um representante da Consultoria Jurídica da USP. O chefe de gabinete, professor Celso de Barros Gomes, disse que o processo foi instruído com toda documentação recebida pela Reitoria, inclusive os documentos da Adusp, nos quais pedíamos que fossem averiguados vários fatos que envolvem a agremiação Afesalq-Sinsesalq e causam estranheza

2. Sobre o ingresso exclusivamente por concurso público

O Reitor informou que o tema será colocado na pauta da primeira reunião do Conselho Universitário em 2004. Alertou para a possibilidade de serem abertos processos seletivos para mestres, já

que a carreira na USP se inicia com professor assistente doutor, como artifício para não abrir concursos públicos. A diretoria da Adusp manifestou sua preocupação com a possibilidade de manutenção dos contratos precários através deste ou de qualquer outro artifício, e declarou-se favorável a mudança estatutária que recoloca os mestres na carreira docente na USP.

3. Sobre o processo de avaliação institucional

A diretoria da Adusp reiterou sua visão de que a mudança regimental que substituiu a avaliação docente centralizada pela avaliação institucional coordenada pela CPA (Comissão Permanente de Avaliação) representou um avanço, frente ao modelo em que cabia à CERT avaliar os docentes individualmente. Quanto ao processo de avaliação ora em curso, a diretoria manifestou seu entendimento de que a definição das metas para a universidade deveria ter sido resultado de uma discussão aberta à comunidade, tendo como base o papel social que a universidade deve desempenhar.

Criticou também que as demandas das unidades sejam julgadas à luz dessa avaliação, podendo incorrer-se no vício de atender às necessidades das unidades “bem avaliadas” em detrimento de outras cujos perfis não vão de encontro aos padrões estabelecidos de modo centralizado sem a devida reflexão coletiva. O

Reitor esclareceu que a CPA retirou aquelas metas de seu discurso de posse, daí serem chamadas “metas da gestão 2002/2005”. Disse também que este processo de avaliação atende a uma demanda do Conselho Estadual de Educação e que para isto estava adequado. Acrescentou que não via problema em reabrir no 1º semestre de 2004 a discussão sobre qual avaliação institucional é adequada para a USP.

4. Sobre o tema Fundações

O Reitor informou que até o momento 19 congregações responderam e 17 delas fizeram sugestões. Acrescentou que pretende promover uma reunião aberta no início de março sobre o tema, onde seriam apresentados os relatórios de maioria e os de minoria, bem como uma sistematização das contribuições das congregações. Disse também que a partir desta reunião deverão ser convoca-

das reuniões extraordinárias do Conselho Universitário, em que novamente seriam convidados representantes dos relatórios de maioria e de minoria para manifestarem-se. Disse pretender que o CO delibere até final de março. A diretoria da Adusp argumentou que a importância do tema exigia uma discussão menos apressada, sendo razoável que a deliberação se dê até o final do primeiro semestre de 2004.

5. Agência de Inovação

Informou que os nomes da equipe não foram escolhidos por suas ligações com fundações, que alguns professores estavam com ele em visita a Oeiras e outros exercem atividades ligadas à pesquisa. Que a Agência deverá avaliar a criação de parques tecnológicos pelo Governo do Estado em São Paulo, São José dos Campos, São Carlos, Campinas e possibilidades de criação de parques em Piracicaba

e Ribeirão Preto. Mencionou que falta à universidade infraestrutura para patentes que resultem em benefícios para a universidade. O grupo tem a função de identificar meios para viabilizar o registro de patentes pela USP e grupos de pesquisa que tenham possibilidades de obter tais patentes. Ressaltou que nas incubadoras os serviços da área de humanidades têm um papel importante.

6. Sobre os 5%

A Reitoria informou que não irá descontar os 5% daqueles que já cumprem as exigências para aposentadoria integral, mesmo que tenham mudado de cargo ou função há menos de 5 anos. Quanto à questão de não fazer o desconto nos proventos de quem tem direito à aposentadoria proporcional, o assunto será discutido em reunião do Cruesp no dia 27/11, para que as três universidades estaduais adotem postura comum em relação à questão.

Ação contra o desconto do Ipesp

Na assembleia geral da Adusp, convocada para o dia 4/11, às 17 horas no Auditório Norte do Instituto de Física, discutiremos, entre outros pontos, o procedimento legal mais adequado para garantir, aos docentes que tenham este direito, a isenção do desconto do Ipesp. No entender da assessoria jurídica da Adusp, têm direito à isenção deste desconto os docentes que estiverem em uma das seguintes situações:

1) Aposentados, com salário integral, antes da publicação da Emenda Constitucional 20, em 15/12/98. Isto por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, isentando inativos da co-

brança de qualquer tipo de contribuição previdenciária;

2) Docentes que ingressaram no serviço público antes de 15/12/98, que permaneçam e/ou tenham permanecido em atividade mesmo com direito à aposentadoria voluntária (proporcional ou integral), até o momento em que atingirem as regras do artigo 40, § 1º, III(a) da Constituição Federal, isto é, 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher (artigo 8º, § 5º da EC 20/98). É importante registrar que neste caso o tempo de contribuição até 15/12/98 deve ser acrescido de 17%,

no caso dos homens, e de 20%, no caso das mulheres.

As regras estabelecidas no item (2) são descabidas: uma mulher com 48 anos de idade e 30 de contribuição (contado o acréscimo de 20%) e que permanecer no serviço público estará isenta de qualquer contribuição previdenciária, mas perderá esta isenção se permanecer em atividade após os 55 anos de idade!!! Mas é isto mesmo! É fazer perfeito sentido para quem tem a diretriz política de esvaziamento dos serviços públicos, juntamente com a perspectiva, derrotada anteriormente no STF, de cobrança previdenciária de inativos.

Baile da Adusp é adiado

Devido à reforma no Clube dos Professores, não conseguiremos realizar nosso baile de final de ano em uma data adequada. Para compensar esse inconveniente, o baile será no início do próximo ano letivo.

Atuação da CERT reforça perseguição em departamento da Escola Politécnica

Agravam-se os conflitos no interior do Departamento de Engenharia Mecatrônica e de Sistemas Mecânicos da Escola Politécnica (PMR), revelados no Informativo Adusp 150. O professor João Batista de Aguiar, concursado, dando aulas na Politécnica desde 1993, está contestando no Conselho Departamental parecer desfavorável ao seu relatório de atividades exigido pela CERT.

Um primeiro parecer, emitido em 30/4/2003 pelo professor Emilio Nelli Silva, foi favorável ao professor Aguiar. “Do exposto, sou de parecer favorável à aprovação do relatório de atividade do interessado, tendo apenas algumas recomendações como já apresentadas anteriormente”, conclui o parecerista.

No entanto, esse documento foi retirado da pauta do Conselho por um pedido de vistas do coordenador de graduação, e formou-se uma comissão com o fim de elaborar outro parecer. Em agosto, o novo parecer “é apreciado em reunião do Conselho sem a inclusão da assinatura de todos os seus membros, sem que eu tivesse acesso às informações nele contidas, e sem que eu fosse ouvido”, protesta o professor Aguiar na contestação que apresentou em 3/11.

“Este parecer, que aliás não contém qualquer posição expressa, é enviado de forma apressada ao CTA para trâmite. É retornado pela diretoria da escola ao Departamento, face às incorreções nele contidas”, continua o professor.

Após intervenção da direção da unidade no sentido de garantir o direito de defesa do professor no conselho departamental, este decidiu, na reunião realizada em 5/11, consultar a Consultoria Jurídica sobre a necessidade ou não de conceder-lhe aque-

le direito. A próxima reunião do conselho está prevista para 3/12, mas até 27/11 a CJ não se manifestara.

Notas idênticas

O professor também recorreu à Congregação contra o resultado do concurso de livre-docência que prestou em dezembro de 2002, em que foi reprovado depois que dois dos cinco integrantes da comissão julgadora, os professores José Harskovits Norman e Clóvis Sperb de Barcellos, emitiram notas iguais para todos os quesitos. Um terceiro membro da comissão, o professor Paulo Miyagi, chefe do Departamento, conferiu notas idênticas às atribuídas por eles para os três primeiros quesitos (“didática”, “memorial”, “escrita”).

De acordo com a contestação do professor Aguiar, o fato de dois examinadores terem conferido notas “exatamente iguais em ordem e valor” é de uma “probabilidade de ocorrência absolutamente ínfima, mesmo supondo distribuição uniforme de valores”. A Congregação ainda não examinou o recurso.

No entender do professor, que pertence ao grupo de Sistemas Mecânicos, esses episódios revelam “falta de princípios” de professores que controlam a estrutura de poder do Departamento e que fazem parte do grupo de Mecatrônica. “Eles vêm tomando as vagas e expulsando o pessoal de Sistemas Mecânicos. Propusemos voltar todos para o Departamento de Mecânica, mas a solução nunca vem. As pessoas vão embora, ou são mandadas embora, e eles preenchem as vagas”.

A CERT em cena

O professor Aguiar foi vítima, em 1998, das arbitrariedades da CERT, sendo

desligado e depois religado ao RDIDP. Ele considera que o intuito do parecer ora contestado é precisamente obter seu desligamento desse regime. “A intenção deles”, diz, referindo-se ao grupo da Mecatrônica, “é mandar o relatório para a CERT para que ela proponha a mudança do regime de trabalho. É a idéia do parecer”.

Depois de dez anos como concursado na USP, não há sustentação legal para que a CERT exija novos relatórios do professor. Assim, esse tipo de exigência termina por prestar-se a situações de puro arbítrio. “A questão maior é que o Departamento não tem uma escala de valores”, diz o professor. “Você nunca sabe o que eles querem. Os números nunca são discutidos”.

Na contestação ao parecer sobre seu relatório de atividades, ele refuta diversas afir-

mações daquele documento, como o fato de os pareceristas considerarem “nacional” um congresso realizado em Havana com a presença de pesquisadores de vários países da Europa e América. Sobre a reprovação no concurso de livre-docência, ali mencionada, lembra que o memorial “reprovado com média 4” refere-se a alguém que, entre outros títulos, doutorou-se no MIT e fez pós-doutoramento na UPENN, “um dos melhores grupos de Mecânica dos Sólidos dos Estados Unidos”.

Caso complexo

O professor Lucas Moscato, chefe do PMR, afirma que a apreciação do caso, agora, depende da manifestação da CJ. Ele nega que o Conselho tenha revelado disposição de votar pela manutenção do parecer, como mencionado pelo profes-

sor Aguiar. Também nega que o Conselho tenha se recusado a anexar ao processo a contestação: “Não é verdade. A contestação já está anexada”.

Ele não concorda que exista perseguição no PMR: “Não é disputa, nem discriminação, nem perseguição”. Da mesma forma, nega que tenha ocorrido em algum momento expulsão de professores pertencentes ao grupo de Sistemas Mecânicos, tal como afirmado pelo professor Aguiar.

No entender do professor Moscato, trata-se de um “caso complexo”, por haver um recurso e por envolver a carreira de um professor. O chefe do PMR prefere não manifestar-se sobre a declaração do professor Aguiar quanto a inexistir, no departamento, uma escala de valores que oriente a avaliação do desempenho dos docentes.

Vicentinho e Marinho, garotos-propaganda da Uniban

Depois de um intervalo de 15 dias, voltaram às ruas, na semana passada, os outdoors em que a Universidade Bandeirantes (Uniban), um dos maiores grupos privados de ensino superior, recorre a um surpreendente garoto-propaganda: o deputado federal petista Vicentinho, ex-presidente nacional da CUT.

Nos outdoors, Vicentinho aparece ao lado da frase “É importante estar em uma universidade que respeita as nossas aptidões”, e de uma grande chamada para o vestibular marcado para 15/12.

Na primeira onda da ofensiva publicitária da Uniban, o atual presidente nacional da CUT, Luiz Marinho, protagonizou outdoors idênticos aos de Vicentinho. Ago-



ra, porém, voltaram os de Vicentinho, mas até sexta-feira, 28/11, os de Marinho não haviam reaparecido.

Mudou a Uniban ou mudaram nossos ilustres sindicalistas, esquecidos da tradição política que os projetou, em que a escola pública sempre foi um dos pilares do projeto de uma

nova sociedade? Estão preocupados com suas “aptidões” ou com seus planos eleitorais? Como fica a CUT, dirigida por alguém incapaz de perceber as responsabilidades do cargo que ocupa?

O Fórum das Seis manifestará à CUT seu repúdio aos gestos de Vicentinho e Marinho.